

RELATÓRIO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

*Programa Observatório Fluminense do
Ambiente e Sustentabilidade:
Mobilização para a Agenda 2030*

janeiro, fevereiro e março/2023

Secretaria do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



ifht

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
DE FORMAÇÃO HUMANA
COM TECNOLOGIAS

ÍNDICE

Introdução	3
Apresentação	3
A Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	6
O Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias – IFHT	7
O Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade .	8
Atividades desenvolvidas no Primeiro Trimestre de 2023	10
Conclusão	12
Referências	13

RELATÓRIO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

Programa Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade: Mobilização para a Agenda 2030

Introdução

Este documento apresenta o Relatório Trimestral referente ao Programa Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade: Mobilização para a Agenda 2030, uma parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT). Tem como objetivo realizar um conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão na esfera do ERJ a fim de desenvolver uma consciência ambiental no que diz respeito ao consumo, à produção e à gestão sustentáveis dos recursos naturais conforme a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O referido relatório apresenta as atividades desenvolvidas, conforme exigências do Ato Executivo de Decisão Administrativa (AEDA134/REITORIA/2022), em seu parágrafo, Artigo 27, inciso II:

elaborar e enviar, ao órgão supervisor e ao ente ou órgão partícipe, o plano de trabalho e suas eventuais atualizações, os relatórios mensais bimestrais ou, no máximo, trimestrais de entregas e cumprimento de objeto, bem como, no encerramento do projeto, o relatório final e conclusivo de entregas de todos os produtos e cumprimento de todos os objetos.

Apresentação

O Estado do Rio de Janeiro, por sua beleza natural, fazendo jus a toda riqueza ambiental e à diversidade que possui, tem tradição no cuidado com o meio ambiente. A capital foi uma das primeiras a definir uma Política Municipal de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo metas de redução de gases do efeito estufa em 2011, sem contar o legado deixado pela Conferência Rio-92 que reuniu representantes de 178 países e intensificou os debates ambientais da

Organização das Nações Unidas (ONU). Foi nessa oportunidade em que se consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável, resultando em documentos normativos e diretrizes para os anos vindouros, tais como a Carta da Terra, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, entre outros.

A intensa participação da sociedade civil na Conferência Rio-92, a fim de decidir as medidas para redução da degradação ambiental, culminou na expressão “espírito do Rio” e colocou o desenvolvimento sustentável numa posição central na política externa brasileira, sendo a cidade sede da Rio+20, anos mais tarde. Com esse histórico, fica claro o pioneirismo da cidade na questão ambiental, tanto pelos marcos estabelecidos nesses encontros globais quanto pelas iniciativas já realizadas e com significativos impactos socioambientais no município. Hoje, embora seja uma referência em investimentos sustentáveis, há mais para ser realizado a fim de que a cidade do Rio de Janeiro desponte e seja reconhecido como pioneiro na integração do cidadão com o meio ambiente, seguindo as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada na Assembleia Geral da ONU por 193 Estados-membros que se reuniram em 2015 em Nova Iorque (EUA), quando reconheceram, de forma multilateral, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome como eixo central das necessidades urgentes para o desenvolvimento sustentável. Com isso, assuntos transversos ao eixo central ganharam visibilidade e extrema importância na pauta dos governantes globais, ampliando as discussões sobre a carência de ações orientadas ao equilíbrio econômico das nações, inclusão social, sustentabilidade ambiental e governança justa em todos os níveis, incluindo paz e segurança. A Agenda 2030 é conhecida como uma agenda positiva integradora. É uma declaração global de interdependência e de cooperação mútua, que está firmada em seus cinco pilares de sustentação (5Ps): pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

Após 30 anos da Rio-92, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu 2022 como o Ano Internacional do Desenvolvimento Sustentável tendo em vista a necessidade de se estabelecer e fortalecer políticas públicas de desenvolvimento sustentável, em especial em decorrência da crise global provocada pela pandemia do coronavírus, que evidenciou a integração entre os ecossistemas globais e reforçou a importância do alinhamento entre as entidades dos setores público e privado para garantir a efetividade das ações de desenvolvimento e preservação reconhecendo a imperiosa necessidade de o Estado estimular o avanço da implementação da Agenda 2030.

O artigo 225 da Carta Magna estabelece que “todos os brasileiros têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida saudável, impondo-se ao poder público e à coletividade

o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A educação ambiental tem papel fundamental para os movimentos de mobilização social e em como a sociedade organizada contribui de forma significativa para a transformação da realidade individual e coletiva.

A Lei Estadual nº 3325/99 dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental em que o Poder Público deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, a conscientização pública e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Nela destaca-se o artigo 4º que define como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do estado, em níveis micro e macro, tendo em vista a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social e sustentabilidade.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu artigo 309, determina: “A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizada sob forma de fundação de direito público, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, para o exercício de suas funções de ensino, pesquisa e extensão”. O artigo terceiro do Estatuto da UERJ, que define os fins precípuos da Universidade, decide: “São fins precípuos da UERJ a execução do ensino superior, da pesquisa e da extensão, a formação de profissionais de nível superior, a prestação de serviços à comunidade e a contribuição à evolução das ciências, letras e artes e ao desenvolvimento econômico e social”.

A importância da UERJ no espaço acadêmico brasileiro pode ser atestada pela qualidade da formação superior que oferece, pelo valor da sua produção científica, pelas centenas de projetos de extensão em desenvolvimento, pela promoção da cultura e pelos inúmeros serviços prestados à população. Instituição pública, sua missão se baseia em princípios de igualdade e pluralidade. A cada ano, a UERJ amplia sua infraestrutura em pesquisa, com a instalação de novos laboratórios, assinatura de convênios técnico-científicos, criação de grupos de pesquisa e incremento nos programas de apoio. O resultado é o aumento da produção científica da Universidade e de sua contribuição para o desenvolvimento da iniciativa privada e do setor público.

A condição de instituição estadual confere à UERJ um forte compromisso como desenvolvimento regional, que se materializa em uma intensa atividade de extensão. Ao longo dos anos, a Universidade tem colaborado para a construção de políticas públicas por meio de projetos destinados a melhorar as condições de vida da população fluminense e a fortalecer as instituições públicas do estado. Ao mesmo tempo, a extensão proporciona a troca de saber e de experiências entre a comunidade acadêmica e o público externo.

Com o amadurecimento da UERJ para o desenvolvimento autônomo de projetos de formação humana com mediação tecnológica, o Conselho Universitário criou, através

da Resolução nº 04/2012, o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT/UERJ). O IFHT tem como grande área de conhecimento a interdisciplinar. Sua missão é constituir-se em órgão de referência em projetos, estudos e pesquisas da Formação Humana com o apoio de tecnologias, congregando equipe multidisciplinar qualificada, num processo construtivo e interdisciplinar, objetivando a educação voltada para o progresso científico e tecnológico, o desenvolvimento humano contínuo, a ética e a efetividade na aprendizagem mediada por tecnologias de comunicação e informação. O Instituto vem realizando desde 2015 parcerias com os órgãos estaduais de ambiente como o Programa de Aperfeiçoamento e Pesquisa em Recuperação Ambiental, o MBA em Gestão Ambiental Integrada, totalizando oito turmas, e ainda a construção e capacitação do Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade.

O desenvolvimento econômico e o pleno aproveitamento das potencialidades locais são indispensáveis para a melhora efetiva das condições de vida da população. Neste sentido, a formulação de políticas públicas e programas, com base em diagnósticos e estudos analíticos sobre os aspectos socioeconômicos específicos, é estratégica para qualquer administração que busca contribuir para um ambiente propício ao desenvolvimento justo, democrático, inclusivo e sustentado. Dessa forma, propõe-se a ampliação das ações iniciadas pelo Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade a fim de construir e desenvolver um sistema organizado e estruturado de coleta, descoberta e análise de informações ambientais com a proposta de gerir a informação para transformá-la em conhecimento útil, técnico-científico, de fundamental importância para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

- **A Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ**

Figura 1 - UERJ Maracanã



Fonte: IFHT, 2023.

A importância da UERJ no espaço acadêmico brasileiro pode ser atestada pela qualidade da formação superior que oferece, pelo valor da sua produção científica, pelas centenas de projetos de extensão em desenvolvimento, pela promoção da cultura e pelos inúmeros serviços prestados à população. Instituição pública, sua missão se baseia em princípios de igualdade e pluralidade.

A cada ano, a UERJ amplia sua infraestrutura em pesquisa, com a instalação de novos laboratórios, a assinatura de convênios técnico-científicos nacionais e internacionais, a criação de grupos de pesquisa e o incremento dos programas de apoio. O resultado

é o aumento da produção científica da Universidade e de sua contribuição para o desenvolvimento da iniciativa privada e do setor público.

A condição de instituição estadual confere à UERJ um forte compromisso com o desenvolvimento regional, que se materializa em uma intensa atividade de extensão. Ao longo dos anos, a Universidade tem colaborado para a construção de políticas públicas por meio de projetos destinados a melhorar as condições de vida da população fluminense e a fortalecer as instituições públicas do estado. Ao mesmo tempo, a extensão proporciona a troca de saber e de experiências entre a comunidade acadêmica e o público externo.

Com o objetivo de alcançar um novo patamar de atendimento às demandas de acesso ao ensino superior, e ainda de diversificar a oferta de serviços educacionais, formação continuada e de pesquisa científica e tecnológica, a UERJ incorporou às suas atividades as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Em função de tal cenário, a UERJ passou a desenvolver um conjunto de ações para atuar nas várias modalidades da formação humana com mediação tecnológica, a partir da Deliberação nº 15, de julho de 2005, que consolidou a institucionalização da Educação a Distância na UERJ. Hoje, a Universidade possui atividades a distância e semipresenciais no âmbito da Graduação, da Pós-graduação e da Extensão universitária.

O Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias – IFHT

Com o amadurecimento da UERJ para o desenvolvimento autônomo de projetos de formação humana com mediação tecnológica, o Conselho Universitário criou, através da Resolução nº 04/2012, o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT/UERJ), *locus* prioritário das atividades mediadas por tecnologia na Universidade.

A criação do IFHT contribui para estimular o uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de ensino e aprendizagem e na solução de entraves organizacionais, com ênfase na Educação Permanente e Continuada em suas diversas feições.

Tem como objetivos: produzir conhecimento sobre formação humana com mediação tecnológica; estimular e promover a realização de consultorias técnicas, de programas de capacitação e atendimento a solicitações de órgãos e instituições; implantar e explorar as interfaces entre a comunicação, as tecnologias, o mundo do trabalho e a educação; auxiliar a administração pública e a iniciativa privada no levantamento e mapeamento de demandas de formação humana com mediação tecnológica, por áreas de conhecimento; fomentar a

pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais e suas aplicações aos processos didático-pedagógicos; elaborar, desenvolver e disseminar conteúdos, programas, ferramentas, repositórios de objetos de aprendizagem e bibliotecas virtuais para a formação inicial e continuada com mediação tecnológica; produzir material instrucional em diversas mídias utilizando tecnologias da inteligência no processo educacional.

É uma unidade acadêmica constituída de um único departamento, organizado em quatro Laboratórios, equipados com tecnologia de informação e comunicação, para desenvolver projetos de ensino, de pesquisa e de extensão:

- Laboratório de Estudos da Aprendizagem Humana (LEAH);
- Laboratório de Formação Humana e Mediação Tecnológica (LFHT);
- Laboratório de Mídias e Linguagem (LML);
- Laboratório de Políticas de Design (DPLab).

• O Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade

A criação de um Observatório em 2020 oferece a SEAS/INEA, que o abriga, uma potente ferramenta de gestão do conhecimento. Segundo Testa (2002), observatórios são constituídos em função de problemáticas específicas e constituem um sistema organizado e estruturado de coleta, descoberta e análise de informações sobre um determinado objeto ou área, e têm a proposta de gerir a informação para transformá-la em conhecimento útil aos diferentes atores.

Na estrutura do Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade, partimos da abordagem de Husilos (2006), que fala de três aspectos constitutivos de um observatório:

- a) um local de documentação (armazenamento, classificação de informações e documentos);
- b) um local de análise de dados, considerado como ferramenta de apoio à tomada de decisões;
- c) um espaço de informação, troca e interação através das tecnologias de informação e comunicação, permitindo recolher, tratar e divulgar informação, conhecer um tema e promover a reflexão em rede.

O Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade possui como inspiração maior o documento “A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, publicado em 2015 pela Organização das Nações Unidas, que se apresenta como um “plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas propostos contemplam cinco áreas (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria) e abrangem a sustentabilidade nos seus três aspectos fundamentais: ambiental, econômico-financeira e social, referente às pessoas e seus direitos à vida.

Avançando em relação às ideias de Husilos (2006), o formato do Observatório, implementado em 2020, permite o gerenciamento de conteúdo digital referente ao meioambiente e à sustentabilidade, suficientemente amplo para viabilizar a busca, a construção, o armazenamento e a distribuição do conhecimento. Essas funções podem ser reorganizadas, renomeadas, fundidas ou recriadas a partir da gestão e da curadoria do INEA/SEAS.

Atividades desenvolvidas no Primeiro Trimestre de 2023

Figura 2 - Reunião para análise do AEDA 134



Fonte: IFHT, 2023.

As equipes do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT) realizaram reuniões para entender o Ato Executivo de Decisão Administrativa – AEDA 134/REITORIA/2022, que regula os projetos de inovação, ensino, pesquisa e/ou extensão desenvolvidos pela UERJ em parceria com órgãos e entidades da administração pública, do terceiro setor e da iniciativa privada.

Após manifestação por parte da SEAS visando à continuidade do projeto e à nomeação de recondução da Coordenação Geral, realizamos reuniões voltadas para a confecção do Plano de Trabalho do *Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade: mobilização para a Agenda 2030*. Nessas reuniões, debruçamo-nos não apenas sobre as adaptações necessárias para um novo calendário e orçamento anual, mas também buscamos cumprir as exigências do Ato Executivo em tela.

Figuras 3 e 4 - Reunião de formação do Núcleo Estruturante



Fonte: IFHT, 2023.



Após aprovação do plano de trabalho e de aplicação financeira (Resolução Conjunta SEAS/UERJ n° 91 de 09 de fevereiro de 2023) foi publicada a nomeação do núcleo estruturante - que já se encontrava em efetiva dedicação às atividades do projeto desde o início de janeiro.

Nesse primeiro trimestre foram planejadas e definidas as ações a serem desenvolvidas nas microrregiões e municípios de abrangência do projeto, assim como

a elaboração e implementação do Curso I e II destinados à gestão pública local. Também foi elaborado o curso autoinstrucional em temas ambientais.

Foi realizada a preparação do Seminário 1, assim como a preparação e realização de webinários (*online*) 01 a 03.

Nesse período também pôde ser feito um levantamento de municípios para realização de consultorias em gestão ambiental.

No decorrer do desenvolvimento do Projeto são realizados mensalmente um monitoramento e controle das atividades e se necessário um novo planejamento para as próximas execuções.

Conclusão

O Observatório é mais uma das iniciativas bem-sucedidas oportunizadas pela parceria entre o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da UERJ e a SEAS. Possui aderência ao curso de Pós-graduação Gestão Ambiental Integrada desenvolvido entre a SEAS e o IFHT/UERJ, bem como ao curso de Graduação do IFHT, que contém ênfase profissional em Gestão Pública Ambiental. Por sua abrangência, o Observatório oferecerá a possibilidade de novos projetos conjuntos.

Entendemos que o desenvolvimento de um município só se concretiza e evolui por meio da qualificação de seus gestores, multiplicadores e, conseqüentemente, da conscientização da população. Identificar e explorar as potencialidades e vocações locais devem ser estratégias de abordagem primordiais para mudar cenários e contribuir para a melhoria nas condições de vida da população. Cabem aos gestores e servidores em geral entender esse processo e atuar, de forma sincronizada nesse sentido, viabilizando projetos como esse, que desencadeiam uma real transformação da realidade.

A realização do Projeto *Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade: Mobilização para a Agenda 2030* permitirá, com essa abordagem diferenciada, a estruturação de um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão que viabilizarão a análise de informações ambientais com a proposta de gerir a informação para transformá-la em conhecimento útil, de fundamental importância para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Em consonância com essa perspectiva, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) visualizou a importância de qualificar adequadamente, em escala, gestores, servidores e a população fluminense, para potencializar a implementação dos ODS e, com isso, promover a verdadeira transformação local em nossos municípios com a consolidação do Observatório.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 24 mai. 2023.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e Construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2000.

RIO DE JANEIRO. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*. 1989. Disponível em: http://www.dgf.rj.gov.br/legislacoes/Constituicoes/Constituicao_%20do_%20Estado_do_%20Rio_de_Janeiro-2000.pdf. Acesso em 01/06/2023.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 3325 de 17 de dezembro de 1999*. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/228181/lei-3325-99>. Acesso em 01 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO. *Estatuto da UERJ*. Dispõe sobre o processo de elaboração do Estatuto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por seu conselho universitário. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://www.boluerj.uerj.br/pdf/ae_00001989_00001989.pdf. Acesso em 01 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO. *Ato Executivo de Decisão Administrativa*. AEDA134/REITORIA/2022. Regula os projetos de inovação, ensino, pesquisa e/ou Extensão desenvolvidos pela Uerj em parceria com Órgãos e entidades da administração pública, do Terceiro setor e da iniciativa privada e dá outras Providências. Disponível em [Aeda-134-2022.pdf \(uerj.br\)](http://www.boluerj.uerj.br/pdf/ae_00001989_00001989.pdf). Acesso em 01 jun. 2023.

TESTA, PABLO. Indicadores científicos y tecnológicos en Venezuela: de las encuestas de potencial al observatorio de ciencia, tecnología e innovación. CDC, Caracas , v. 19, n. 51, p. 43-64, 2002 . Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082002000300004&lng=es&nrm=iso. Acesso em 22 jun. 2023.